seis meses, para exercer funções de assistente administrativo, escalão 1, índice 199, com vista à posterior reclassificação, ficando colocada nos Serviços Centrais. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Despacho (extracto) n.º 24 469/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do capítulo III do despacho n.º 22 852/2005 (2.ª série), de 18 de Outubro, do director-geral dos Impostos, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 213, de 7 de Novembro de 2005, subdelego no chefe de divisão, licenciado Mário Manuel Ferreira de Seixas Antão, a competência para autorizar despesas até ao montante de € 1000, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

O presente despacho produz efeitos a 22 de Julho de 2005, ficando por este meio ratificados todos os despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objecto da presente subdelegação de competências.

10 de Novembro de 2005. — O Subdirector-Geral do IVA, Fernando Jorge R. Soares.

Despacho (extracto) n.º 24 470/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do capítulo III do despacho n.º 22 852/2005 (2.ª série), de 18 de Outubro, do director-geral dos Impostos, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 213, de 7 de Novembro de 2005, subdelego no chefe de divisão, licenciado Mário Manuel Ferreira de Seixas Antão, a competência para autorizar despesas até ao montante de € 1000, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho

O presente despacho produz efeitos a 22 de Julho de 2005, ficando por este meio ratificados todos os despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objecto da presente subdelegação de competências.

10 de Novembro de 2005. — O Subdirector-Geral do IVA, *Manuel Protes* 

Despacho (extracto) n.º 24 471/2005 (2.ª série). — Delegação de competências. — No estrito cumprimento da conclusão n.º 3.2 da informação n.º 103/05 do Gabinete de Apoio Jurídico da DSGRH da DGCI de 26 de Outubro de 2005, sancionada pelo despacho de concordância n.º 1388/2005-XVII, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, de 2 de Novembro, por este despacho se ratificam todos os actos tributários ou em matéria tributária praticados pela chefe de divisão da Justiça Tributária da Direcção de Finanças de Santarém, Dr.ª Georgeta Maria Catarino Alves Lobo Nunes da Silva no período entre 7 de Janeiro de 2002, inclusive, e 7 de Fevereiro de 2005, data em que foi substituída no exercício do referido cargo pelo Dr. Fernando Vieira Marques, conforme despacho de nomeação de 28 de Janeiro de 2005, com efeitos àquela data, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 21 de Fevereiro de 2005.

11 de Novembro de 2005. — O Director de Finanças de Santarém, Mário Pereira Januário.

**Despacho n.º 24 472/2005 (2.ª série).** — Considerando que José da Silva Lopes Neto tem vindo a exercer, sem interrupção, funções dirigentes desde 2 de Agosto de 1999, encontrando-se presentemente a exercer o cargo de chefe de divisão de Inspecção II, da Direcção de Finanças de Lisboa;

Considerando que este funcionário, inspector tributário, grau 5, do grupo de pessoal de administração tributária do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, reúne os requisitos necessários e requereu o acesso à categoria de inspector tributário assessor principal;

Considerando o disposto nos n.os 2, 3 e 4 do artigo 29.º e no artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e, ainda, no n.º 2 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro;

Obtida a confirmação dos respectivos pressupostos pela Secretaria-Geral, nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004:

Determino o provimento do funcionário José da Silva Lopes Neto na categoria de inspector tributário assessor principal do grupo de pessoal de administração tributária, com efeitos a partir de 2 de Agosto de 2005.

15 de Novembro de 2005. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

**Rectificação n.º 1953/2005.** — Por ter saído com inexactidão o aviso (extracto) n.º 10 069/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 218, de 14 de Novembro de 2005, a pp. 15 955 e 15 956, rectifica-se que onde se lê:

### Candidatos com vínculo à função pública

Número	Nomes	Colocação
112 171	Alcino Santos Ferreira	Santarém. Beja.

## Candidatos não vinculados à função pública

Número	Nomes	Colocação
189	Sandra Maria Alves Genebra	Portalegre.

deve ler-se:

## Candidatos com vínculo à função pública

Número	Nomes	Colocação
171	Pedro Miguel Barra Santos	Portalegre.

## Candidatos não vinculados à função pública

Número	Nomes	Colocação
112 189	Alcino Santos Ferreira	Santarém. Beja.

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

## Direcção-Geral do Património

**Despacho n.º 24 473/2005 (2.ª série).** — 1 — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, delego e subdelego na subdirectora-geral licenciada Maria Manuela de Lacerda Gomes Brandão, com possibilidade de subdelegação nos directores de serviço e chefes de divisão das respectivas unidades orgânicas, as seguintes competências, próprias e subdelegadas:

1.1 — Competências próprias — competência genérica para a gestão de assuntos correntes, bem como as competências constantes do artigo 7.º dos mencionados diplomas que respeitem às áreas que integrem as seguintes unidades orgânicas e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento do Estágio da Direcção-Geral do Património, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 269, de 21 de Novembro de 1990:

Direcção de Serviços de Gestão Patrimonial (DSGP);

Direcção de Serviços Especiais e de Inspecção Patrimonial (DSEIP);

Direcção de Serviços de Cadastro e Inventário/Arquivo (DSCI); Direcção de Serviços de Aprovisionamento Público (DSAP); Direcção de Serviços Administrativos, em matéria de pessoal e arquivo;

Núcleo de Informática (NI);

Divisão de Estudos Patrimoniais (DEP).

1.2 — Competências subdelegadas e subdelegáveis, pelo despacho n.º 21 974/2005 (2.ª série), do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 202, de 20 de Outubro de 2005, ao abrigo do seu n.º 4, referentes às áreas indicadas.

- 2 Este despacho produz efeitos a partir de 22 de Julho de 2005, ficando, por este meio, ratificados todos os actos entretanto praticados.
- 4 de Novembro de 2005. O Director-Geral, Francisco Maria Ramalho.

## Instituto de Informática

**Aviso n.º 10 756/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do conselho de direcção de 10 de Novembro de 2005:

Licenciada Marília Gameira Henriques Nunes, técnica especialista principal do quadro de pessoal do Instituto de Informática, em comissão de serviço extraordinária como técnica superior principal do mesmo Instituto — provida, por reclassificação profissional na referida categoria, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

10 de Novembro de 2005. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Luísa Maria Pinheiro Almeida Fernandes*.

**Aviso n.º 10 757/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do conselho de direcção de 27 de Outubro de 2005:

Licenciado Rui Miguel Madeira Costa Crispim de Sousa, especialista de informática do grau 3 do quadro de pessoal de informática deste Instituto — nomeado, em regime de substituição, ao abrigo dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, chefe de projectos do quadro do pessoal dirigente do mesmo Instituto, com efeitos a partir de 1 de Outubro do ano corrente. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Luísa Maria Pinheiro Almeida Fernandes*.

#### Currículo

## Elementos biográficos:

Rui Miguel Madeira Costa Crispim de Sousa. Data de nascimento — 4 de Outubro de 1969. Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações académicas — licenciado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores, ramo de Sistemas e Computadores, pelo Instituto Superior Técnico, em 1994, com a classificação final de 15 valores.

Formação técnico-profissional — cerca de 800 horas de formação em áreas específicas de informática.

Docência — em 2002, docente no Instituto Politécnico Autónomo (IPA), onde leccionou a cadeira de Introdução às Bases de Dados. Monitoragem — cerca de 200 horas desempenhando funções de monitor em acções de formação na área de informática, realizadas entre 1993 e 1998, no Fundetec, Instituto de Meteorologia, Instituto do

Consumidor e Instituto Nacional de Administração. Categoria profissional — especialista de informática de grau 3, nível 1, do quadro de pessoal do Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Experiência profissional:

No Instituto de Informática do Ministério das Finanças, a exercer funções de gestão na área de metodologias e normalização no desenvolvimento de *software* (desde Setembro de 2005), desempenhou funções de investigação e análise de soluções informáticas, na área de investigação tecnológica, e funções de administração de sistemas (desde 2001);

Desempenhou no Instituto do Consumidor funções de gestão

Desempenhou no Instituto do Consumidor funções de gestão e administração da infra-estrutura informática desta instituição, tendo participado em vários projectos especiais (Loja do Cidadão, Gestão Documental — de 1999 a 2001);

No Instituto de Metereologia, como técnico superior de informática, exerceu funções de administração de sistemas e de programador (entre 1995 e 1999);

Desempenhou funções de programador na Marktest (1995); Início da actividade profissional na FBO (Fernando Brás de Oliveira), empresa fiscalizadora das obras do Centro Cultural de Belém, como medidor-orçamentista — de 1991 a 1992.

**Aviso n.º 10 758/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do conselho de direcção de 11 de Novembro de 2005:

José Carlos Pereira Martins, técnico de informática do grau 1, nível 1, do quadro de pessoal do Hospital de Curry Cabral, Ana Paula Belfo de Oliveira, técnica de informática-adjunta, nível 3, do quadro de pessoal do Estado-Maior do Exército, e Nélson Alexandre Ribeiro Alves Rodrigues, técnico de informática-adjunto, nível 1, do quadro de pessoal do Hospital de Curry Cabral — providos precedendo concurso, como técnicos de informática do grau 1, nível 1, do quadro de pessoal de informática do Instituto de Informática.

Paulo Filipe Pereira Alves Guerreiro, técnico de informática do grau 1, nível 3, do quadro de pessoal do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas — provido, com a mesma categoria, no quadro deste Instituto, precedendo o mesmo concurso.

Vera Lúcia Lameira de Jesus, assistente administrativa do quadro de pessoal da ADSE, e Luís Alexandre de Lacerda Câmara, assistente administrativo do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Sub-Região de Saúde de Lisboa — providos, em comissão de serviço extraordinária, precedendo concurso, como técnicos de informática estagiários deste Instituto.

(Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Luísa Maria Pinheiro Almeida Fernandes*.

# MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É DA SAÚDE

**Portaria n.º 1192/2005 (2.ª série).** — Considerando o disposto no n.º 6 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho:

Considerando que a licenciada Maria Teresa Moniz Serra, assistente graduada na área de pneumologia, da carreira médica hospitalar, nomeada em lugar a extinguir quando vagar no quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Sub-Região de Saúde de Lisboa, Centro de Saúde de Venda Nova, reque a sua transferência para o quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde do Alentejo, Sub-Região de Saúde de Évora, Centro de Diagnóstico Pneumológico de Évora:

Assim

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 19.º do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Saúde, que seja criado no quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde do Alentejo, Sub-Região de Saúde de Évora, Centro de Diagnóstico Pneumológico de Évora, aprovado pela Portaria n.º 772-B/96, de 31 de Dezembro, um lugar de assistente graduado na área de pneumologia, da carreira médica hospitalar, a extinguir quando vagar.

28 de Outubro de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos. — Pelo Ministro da Saúde, Carmen Madalena da Costa Gomes e Cunha Pignatelli, Secretária de Estado Adjunta e da Saúde.

# MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

# Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa

**Louvor n.º** 1443/2005. — Louvo a chefe de repartição Felismina Aleixo Barata Lima de Medeiros Lemos pela grande competência profissional, inexcedível zelo e total dedicação ao serviço que estiveram na base dos excelentes resultados conseguidos pela Repartição de Coordenação e Administração Geral durante o período em que exerci as funções de director-geral de Armamento e Equipamentos de Defesa.

Senhora de sólida formação moral e perseverante no cumprimento dos seus deveres, exerceu as suas funções de chefia com grande humanidade e equilíbrio, conseguindo que a sua Repartição, apesar da redução de pessoal provocada por aposentações e baixas prolongadas, cumprisse de forma altamente rigorosa, eficiente e eficaz todas as tarefas que lhe estão e foram cometidas, quer nos processos administrativos de pessoal quer na área financeira.

Merece ainda particular destaque a sua total disponibilidade e acção firme e determinada no sentido de implementar as melhorias intro-